



Processo nº: 1690/2013-4 – SET.
Interessado: Ponto da Construção Ltda – ME.
Inscrição: 20.088.385-2
CNPJ nº: 04.427. 491/0001-02
Endereço: Rua Tiradentes, 180, Alto da Conceição, Mossoró– RN.
Assunto: **CONSULTA**

DECISÃO Nº 06/2013 - COJUP

*ICMS. Alienação de bem do ativo permanente.
Veículo usado. Contribuinte optante pelo simples
nacional. Recolhimento do ICMS sujeito ao disposto
no art. 93 do Regulamento do ICMS.*

O RELATÓRIO

A consulente, supra qualificada, afirma que é optante pelo regime único de pagamento de impostos e contribuições – Simples Nacional e tem como atividade econômica o comércio varejista de materiais de construção em geral.

Relata que alienou um bem (veículo) do ativo permanente, tendo recolhido o ICMS na forma prevista no art. 93 do Regulamento do ICMS.

Informa que constatou, em 28 de dezembro de 2012, o aparecimento de crítica no relatório "Extrato Fiscal", emitido pela Secretaria de Estado da Tributação, indicando "diferença DAS x SINTEGRA e diferença DAS x NF-e".

Explana que o bem ao ser alienado por um valor inferior ao da aquisição não está sujeito a incidência do Imposto de Renda, uma vez que não houve ganho de capital.

Informa que formulou consulta perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e recebeu a seguinte resposta: "Em resposta a vossa consulta, esclarecemos conforme o art. 5º da Resolução CGSN n 94/2011 a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional deverá recolher os seguintes tributos, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, nos termos da legislação aplicável às demais pessoas jurídicas o Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de



bens do ativo permanente.” Resposta esta que corrobora seu entendimento, anteriormente exarado.

Ante o que expôs, indaga:

“a) Há incidência do ICMS na alienação de bem do ativo permanente para empresa optante do simples nacional?

b) Se existir incidência do ICMS para as empresas optantes do simples nacional, o tributo deverá ser pago em documento único de arrecadação ou através de FCB em separado gozando dos benefícios fiscais, caso existam?

c) Se o simples nacional é uma modalidade de recolhimento em documento único (art. 4º da Resolução do Conselho Gestor do Simples Nacional nº 94, de 29 de novembro de 2011), existentes na cesta de tributos, como IPI, PIS/PASEP, CPP (Contribuição Patronal para Seguridade Social), COFINS, CSLL, IRPJ, ISS e ICMS, por que a SET/RN insiste em exigir a cobrança do ICMS na alienação de bem do ativo permanente, embora não tenha havido ganho de capital, previsto na norma cogente?

Declara que não se encontra sob procedimento fiscal ou foi intimada a pagar tributos, assim como não existe nenhum litígio pendente, relativos ao objeto da presente consulta.

É o que importa relatar.

O MÉRITO

Versa a presente consulta sobre o recolhimento de ICMS na venda de veículo do ativo imobilizado, por contribuinte optante pelo regime único de apuração e recolhimento de impostos e contribuições - Simples Nacional.

O Convenio ICM 15/81, que é impositivo, determina que a base de cálculo do ICMS fica reduzida em 80% nas saídas de máquinas, aparelhos e veículos usados.

Estabelece que o referido benefício fiscal aplica-se, ainda, à saída de



mercadoria desincorporada do ativo fixo ou imobilizado, de estabelecimentos de contribuintes do ICMS, desde que ocorra após o uso normal a que se destinarem, e decorridos, ao menos 12 (doze) meses da respectiva entrada, vedado o aproveitamento de crédito do imposto.

Ressalva que a redução de base de cálculo não se aplica às mercadorias cujas operações não tenham sido realizadas mediante emissão de documentos fiscais ou não tenham sido escrituradas nos livros próprios, ou às mercadorias de importadas que não tiverem sido oneradas pelo imposto ICMS, *in verbis*:

"Cláusula primeira Fica reduzida de 80% a base de cálculo do ICM, nas saídas de máquinas, aparelhos e veículos usados.

§ 1º O disposto nesta cláusula só se aplica às mercadorias adquiridas na condição de usadas e quando a operação de que houver decorrido a sua entrada não tiver sido onerada pelo imposto, ou quando sobre a referida operação o imposto tiver sido calculado também sobre base de cálculo reduzida sob o mesmo fundamento.

§ 2º O disposto no caput aplica-se, ainda, à saída de mercadoria desincorporada do ativo fixo ou imobilizado, de estabelecimentos de contribuintes do ICMS, desde que ocorra após o uso normal a que se destinarem e decorridos, ao menos, 12 (doze) meses da respectiva entrada, vedado o aproveitamento de crédito do imposto.

Cláusula segunda O disposto neste convênio não se aplica:

I - às mercadorias cujas entradas e saídas não se realizarem mediante a emissão dos documentos fiscais próprios, ou deixarem de ser regularmente escrituradas nos livros fiscais pertinentes;

II - às mercadorias de origem estrangeira que não tiverem sido oneradas pelo imposto em etapas anteriores de sua circulação em território nacional ou por ocasião de sua entrada no estabelecimento importador." Grifo acrescentado.



No entanto, com a edição do Convênio ICMS 33/92 facultou-se a redução de base de cálculo do imposto até 95% (noventa e cinco por cento) nas operações com máquinas, aparelhos e veículos usados, *in verbis*:

"Cláusula primeira Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a elevar o percentual de redução da base de cálculo previsto na cláusula primeira do Convênio ICM 15/81, de 23 de outubro de 1981, para até 95% (noventa e cinco por cento), exclusivamente em relação às máquinas, aparelhos e veículos usados."

O Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 13.640, de 13 de novembro de 1997, implementou a alteração da redução de base de cálculo, facultada pelo Convênio ICMS 33/92, em seu o art. 93, exclusivamente para as operações com veículos usados, *in verbis*:

"Art. 93. A base de cálculo do imposto fica reduzida em 95% (noventa e cinco por cento) nas saídas de veículo usado (Conv. ICM 15/81, 27/81, 97/89 e ICMS 50/90, 33/93, 151/94).

§ 1º Entende-se como usado o veículo que tenha mais de 06 (seis) meses de uso, contados da data da venda pelo fabricante do veículo ou por seu concessionário autorizado.

§ 2º O valor da operação de que trata o caput deste artigo não poderá ser inferior ao fixado na Pauta Fiscal de Valores da legislação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

§ 3º A inobservância dos valores mínimos fixados na pauta fiscal, de que trata o inciso anterior, sujeitará o contribuinte ao recolhimento da diferença do imposto, sem prejuízo das penalidades cabíveis."

Grifei.

Sendo a consulente optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, faz necessário transcrever o disposto no art. 13, § 1º, inciso VI, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu



o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, *in verbis*:

"Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I – Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II – Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

III – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

V – Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

VI – Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar; (Redação dada pela Lei Complementar nº 128, de 2008) (produção de efeitos: 1º de janeiro de 2009).

VII – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

§ 1º O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

(...)

VI – Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital



auferidos na alienação de bens do ativo permanente;” Sem grifo no original.

Vale ressaltar que é de competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB a solução de consultas relativas ao Simples Nacional, em conformidade com o disposto no art. 40 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, **exceto quando se referir a tributos e contribuições de competência estadual ou municipal, verbis:**

"Art. 40. As consultas relativas ao Simples Nacional serão solucionadas pela Secretaria da Receita Federal, salvo quando se referirem a tributos e contribuições de competência estadual ou municipal, que serão solucionadas conforme a respectiva competência tributária, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor."

No entanto, observa-se que, pela norma precitada, está fora da tributação pelo simples nacional a alienação de bens do ativo permanente, ficando sujeito ao Imposto de Renda os ganhos de capitais relativos a tais operações, motivo pelo qual não integraram a receita bruta para fins de recolhimento de impostos e contribuições através do PGDAS, em conformidade com o disposto no art. 13, § 1º, inciso VI, da Lei Complementar nº. 123/2006, sendo este o entendimento emanado pela Secretaria da Receita do Brasil, conforme cópia de resposta de consulta anexada ao presente processo.

A DECISÃO

Com supedâneo na legislação tributária pertinente, informa-se a Consulente, na sequência em que foram formulados os quesitos:

a) a alienação de bem do ativo permanente, no caso veículo usado pertencente a Consulente, está sujeita ao recolhimento do ICMS na forma prevista no art. 93, §§ 1º a 3º do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.640, de 1997.



b) o ICMS devido deve ser recolhido através de Ficha de Compensação Bancária (FCB) ou Guia de Recolhimento Instantâneo (GRI), gozando do benefício da redução de base de cálculo do imposto prevista no art. 93 do RICMS.

c) o ICMS e o Imposto de Renda são impostos, obviamente, distintos. Neste caso, o Imposto de Renda incide sobre o ganho de capital, se houver. Por outro lado, a ocorrência do fato gerador do ICMS, consoante o art. 2º, inciso XIX, do RICMS, é a saída decorrente da desincorporação de bem do ativo permanente.

Isto posto, considerando-se satisfeitas as dúvidas suscitadas pelo consulente, encaminhe-se o presente processo ao Protocolo Geral desta Secretaria para ciência a interessada, entregando-lhe cópia-recibo desta decisão.

Remeta-se cópia desta decisão a COFIS e a CAT para conhecimento e a 6ª URT para conhecimento e providencias cabíveis.

Coordenadoria de Julgamento de Processos Fiscais, 25 de março de 2013.


Lucimar Bezerra Dubeux Dantas
Julgadora Fiscal - Mat. 8.655-0